

Desempenho fiscal do Brasil é cercado de 'mitos'

ESTADO DE SÃO PAULO

01 JUL 2001

Dívida Pública
Superávit não é grande,
e gasto com juros não é
anormal para padrões
internacionais

RIO - O Brasil é um País com uma dívida pública total gigantesca, que gasta um absurdo das receitas tributárias pagando juros, e foi obrigado pelos credores e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) a produzir um superávit primário (receitas menos despesas do governo, fora as financeiras) astronômico e sem paralelo no mundo, estrangulando os investimentos sociais e em infraestrutura - certo?

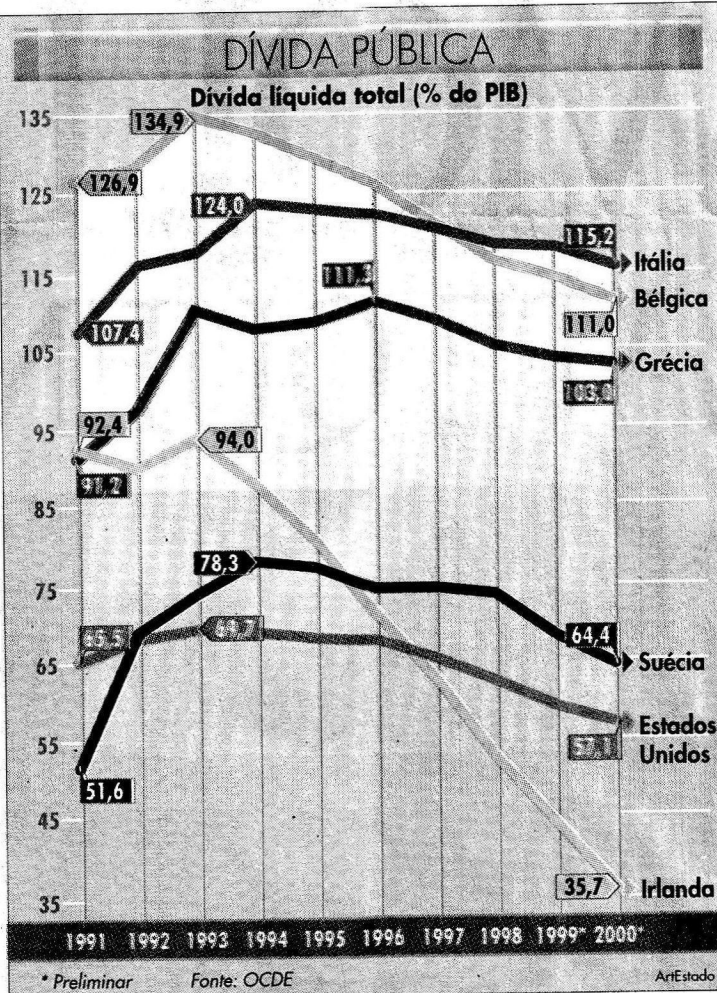
Não, errado, e muito errado, segundo Fábio Giambiagi, economista do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Ele lista vários mitos sobre o superávit primário e a dívida pública, no Brasil e no mundo:

Mito 1 - O superávit primário de 3% do PIB, com o qual o Brasil está teoricamente comprometido, é altíssimo.

Tomando 21 países do G-7 e da Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), no ano de 2000, Giambiagi constata que 13 deles tiveram superávit primário igual ou acima de 3% do PIB (ver tabela). Por exemplo, Estados Unidos, com 3,4%; Itália, com 4,8%; Bélgica, com 5,8%; Grécia, com 6,3%; Irlanda, com 5,2%; e Suécia, com 4,5%.

Mito 2 - Superávits primários de 3% ou mais do PIB correspondem a grandes sacrifícios para um país e sua população e, portanto, só podem ser atingidos por períodos muito breves, de um ou dois anos, mas são impraticáveis no médio e longo prazos.

HÁ VÁRIOS PAÍSES COM AJUSTES MAIS APERTADOS



Exemplos não faltam para demonstrar o contrário (ver tabela): a Grécia tem superávits acima de 4,6% há cinco anos; a Bélgica tem superávits acima de 5% há sete anos; a Itália tem superávits acima de 3% há seis anos; e os Estados Unidos, em uma das fases de crescimento mais opulento de toda a sua História, nos anos de 1998, 99 e 2000, teve superávits primários acima de 3,4% do PIB.

Mito 3 - O Brasil tem uma dívida pública líquida total (51,9% do PIB) gigantesca.

O tamanho da dívida brasileira não destoa em uma comparação internacional feita por Giambiagi, com países do G-7 e da OCDE. De 21 países, apenas 8 têm dívida menor

que a brasileira como proporção do PIB. É verdade que a comparação inclui principalmente países desenvolvidos, com mais credibilidade e capacidade de endividamento.

Mas mesmo países de desenvolvimento médio, como Portugal e Grécia, têm dívidas maiores que a brasileira. O teto de convergência futura e gradual do tratado de Maastricht (que estabeleceu pré-condições para a adoção do euro), de 60% do PIB, está bem acima da dívida atual do Brasil. O problema da dívida brasileira, que vem causando preocupação entre os investidores e exigindo superávits primários para estabilizá-la ou reduzi-la, é que os prazos são muito curtos e os juros muito altos.

Mito 4 - O Brasil paga uma carga de juros, pelo endividamento total do setor público, absurdamente alta, criando um encargo finan-

RESULTADO PRIMÁRIO

(% do PIB)

Países	1994	1995	1996	1997	1998	1999*	2000*
Estados Unidos	-0,2	0,6	1,3	2,4	3,5	3,8	3,4
Japão	-2,3	-3,1	-3,5	-2,4	-4,8	-6,3	-6,5
Alemanha	0,2	0,0	-0,3	0,5	1,3	1,5	1,8
França	-2,5	-2,4	-0,7	0,3	0,4	0,8	1,2
Itália	1,4	3,0	3,5	6,2	4,8	4,6	4,8
Reino Unido	-4,2	-2,8	-1,5	0,9	3,0	3,5	3,6
Canadá	-0,6	1,3	3,4	5,6	5,9	6,4	6,3
Austrália	-1,1	-0,4	0,7	2,1	2,7	2,6	2,2
Áustria	-1,5	-1,5	0,0	1,6	1,3	1,4	0,9
Bélgica	5,0	5,6	6,2	5,6	6,2	6,0	5,8
Dinamarca	0,8	0,8	1,8	2,9	3,3	4,9	4,0
Finlândia	-4,7	-3,4	-1,4	0,4	3,2	4,5	-5,5
Grécia	3,9	2,6	4,6	5,7	6,4	7,1	6,3
Islândia	-2,5	-0,4	0,6	2,1	2,9	2,8	3,0
Irlanda	2,6	1,7	3,0	3,8	4,6	5,3	5,2
Coreia do Sul	2,9	4,1	3,6	1,8	-0,4	-0,4	0,1
Holanda	0,2	0,6	2,9	3,2	3,4	3,3	3,3
Noruega	-1,4	1,7	5,0	6,4	2,6	3,8	5,1
Portugal	0,2	0,6	1,5	1,8	1,2	1,4	1,5
Espanha	-2,3	-2,4	-0,2	1,3	1,7	2,1	2,0
Suécia	-9,0	-5,2	-0,2	1,4	4,9	5,2	4,5

Fonte: OCDE

ceiro inaceitável em países normais.

Em 2000, os juros nominais totais pagos pelo setor público brasileiro corresponderam a 8,02% do PIB. De fato, é um número muito alto numa comparação internacional. Mas não tem nada aberrante. No período de 1996 a 2000, a Itália pagou em média 8% do PIB em juros nominais da dívida pública ao ano; a Bélgica pagou 7,6%; e a Grécia, 9,4%.

Mito 5 - O governo de Fernando Henrique Cardoso promoveu um grande aperto nos gastos não-financeiros do setor público, especialmente no ajuste fiscal de 1998 e 99.

Na verdade, como mostra Giambiagi, convertendo-se os valores do gasto primário do governo federal para reais de 2000 (usando o deflator implícito do PIB), houve crescimento das despesas em todos os anos do governo de FHC. De 1994 a 2000, a expansão real foi de 39%. De 1998 a 2000, no período do ajuste fiscal, os gastos subiram 6%. "Foi um ajuste muito mais na base do aumento das receitas", ele diz.

Giambiagi organizou esses dados para um trabalho do BNDES. O economista está muito preocupado com os efei-

tos da crise energética sobre o desempenho fiscal do Brasil no futuro: "Estou impressionado com o número de opiniões que têm surgido, responsabilizando o superávit primário pela crise; o consenso em torno da responsabilidade fiscal foi trincado, e isto pode se traduzir em um relaxamento no próximo governo".

Para Giambiagi, se o Brasil abandonar a responsabilidade fiscal nos próximos anos, será o equivalente nacional de morrer na praia. Ele observa um notável padrão na relação entre superávits primários e a dívida pública líquida total em países que passaram por fortes ajustes fiscais, como Irlanda, Itália, Grécia e Bélgica (ver gráfico).

Para avaliar o tamanho da dívida, Giambiagi toma a parcela que ela representa do PIB. Aqueles quatro países tiveram de passar por uma redução forçada do tamanho das suas dívidas para se ajustar ao acordo de Maastricht, que fixou as condições para que países adotassem o euro, a moeda comum europeia.

O padrão observado é curio-

so: nos primeiros anos em que os países obtêm superávits primários expressivos, a dívida pública pode se manter constante, cair muito pouco, ou até crescer. "Esta é a fase em que a persistência é fundamental; se o país desiste, caminha para a moratória ou a inflação; se persiste, tem um prêmio", diz Giambiagi.

Este prêmio são taxas de juros mais baixas, quando se percebe que o risco representado pela dívida pública diminuiu. Com menores juros, o déficit nominal (inclui pagamento de juros) cai mais rápido, e cria-se um círculo virtuoso: o mesmo superávit primário produz uma queda na dívida pública e nos juros muito mais forte do que no início do ajuste. O resultado final é crescimento econômico rápido e sustentado.

Há vários exemplos aproximados deste padrão. A dívida pública da Bélgica atingiu um pico de 134,9% do PIB em 1993. A partir de 1992, o país manteve superávits primários acima de 4,4% do PIB, subindo para um nível acima de 5% de 1994 em diante (ver gráfico). Mas o efeito mais significativo de queda da dívida pública só ocorre a partir de 1996.

União monetária - Na Grécia, há superávits primários expressivos desde 1994, mas a dívida cresceu até um pico de 111,3% do PIB em 1996, para só então cair. A Irlanda é um caso bem distinto. O pico da dívida (que não aparece na tabela) foi em 1987, com 112,1% do PIB. Com superávits primários e fabuloso crescimento econômico, a Irlanda encolheu sua dívida para 35,7% em 2000.

Em todos estes países, a aproximação da data de adoção da união monetária (janeiro de 1999, com exceção da Grécia, que entrou em 2000) fez os juros convergirem

para as baixas taxas da Alemanha, que tinha no marco a moeda dominante da cesta que deu origem ao euro. Isto, sem dúvida, ajudou o déficit nominal dos países a baixar.

O prêmio final, na visão de Giambiagi, é a estabilidade da economia e um ciclo de juros baixos e de crescimento. Ele teme que o Brasil desista no meio do caminho. (F.D.)

GASTOS SÓ SUBIRAM NO GOVERNO DE FHC